

# Governamentalidade e Práticas Antidemocráticas: O Controle dos Corpos de Crianças-Meninas no Caso de Aborto em Santa Catarina

*Governmentality and Anti-Democratic Practices: The Control of Girls' Bodies in the Case of Abortion in Santa Catarina*

Jefferson Campos<sup>1</sup>  
Ana Beatriz Brandão<sup>2</sup>  
Neil Franco<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo analisa como a governamentalidade evidencia práticas antidemocráticas no controle do corpo da criança-menina no caso de aborto legal de Santa Catarina (2022). A pesquisa parte de uma abordagem qualitativa, utilizando o método arqueogenealógico para examinar discursos midiáticos e jurídicos que atravessam o corpo infantil feminino, revelando estratégias de adultização, culpabilização e exclusão social. Fundamentada nos Estudos Discursivos Foucaultianos, especialmente nas noções de biopolítica e corpos dóceis, a análise identifica como o poder disciplinar age sobre sujeitos vulneráveis, restringindo direitos e promovendo práticas antidemocráticas. O objetivo geral é investigar a manifestação da governamentalidade nos discursos em torno do caso, destacando tensões entre proteção e controle. Os resultados apontam que o corpo da criança-menina é transformado em objeto de disputa moral, reforçando desigualdades e limitando a autonomia infantil. O estudo conclui que há urgência em repensar políticas públicas que assegurem direitos, protegendo crianças de violências institucionais mascaradas de cuidado.

**Palavras-chave:** Infância; Adultização; Controle social; Discurso; Mídia.

**Abstract:** This article examines how governmentality reveals anti-democratic practices in the control of girls' bodies in the case of legal abortion in Santa Catarina (2022). The research adopts a qualitative approach, using the archaeogenealogical method to analyze media and legal discourses surrounding the female child's body, revealing strategies of adultification, victim-blaming, and social exclusion. Grounded in Foucauldian Discourse Studies, particularly the notions of biopolitics and docile bodies, the analysis identifies how disciplinary power operates over vulnerable subjects, restricting rights and promoting anti-democratic practices. The general objective is to investigate the manifestation of governmentality in the discourses surrounding the case, highlighting tensions between protection and control. The results indicate that the girl's body becomes a site of moral dispute, reinforcing inequalities and limiting childhood autonomy. The study concludes that there is an urgent need to rethink public policies that ensure rights, protecting children from institutional violence masked as care.

**Keywords:** Childhood; Adultification; Social control; Discourse; Media.

## Considerações iniciais

No Brasil, ser criança, especialmente menina, nunca foi sinônimo de proteção

<sup>1</sup> Doutor em Letras pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Professor do Departamento Acadêmico de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *campus* Porto Velho, e Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UNIR – PPGL/UNIR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4113274256921278>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9525-4104>. E-mail: [jefferson.santos@unir.br](mailto:jefferson.santos@unir.br)

<sup>2</sup> Mestra em Letras pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Revisora e Tradutora independente. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6542051693701388>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1481-5193>. E-mail: [anabeatrizsbs19@gmail.com](mailto:anabeatrizsbs19@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Docente do Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias e do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá – PLE/UEM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/818016144372255>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6581-1363>. E-mail: [prof.neilfranco@gmail.com](mailto:prof.neilfranco@gmail.com)

plena. As estatísticas escancaram a dura realidade. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), a cada hora, quatro meninas com menos de 13 anos são estupradas no país. Esses corpos infantis, ainda em formação, são violentados, silenciados e, muitas vezes, culpabilizados. Governar a infância, como aponta Foucault (2008), não é apenas protegê-la, mas direcioná-la, moldando-a para ocupar lugares específicos em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais.

A infância feminina é frequentemente sequestrada por discursos que a sexualizam precocemente e a submetem a julgamentos morais. O caso de Santa Catarina, em 2022, no qual uma criança de 11 anos, grávida após um estupro, teve seu direito ao aborto legal questionado publicamente, simboliza as práticas antidemocráticas que permeiam o controle sobre corpos vulneráveis<sup>4</sup>. Mais do que um episódio isolado, esse caso é reflexo de um Estado e de uma sociedade que, sob o véu da moralidade, negam a essas crianças o direito básico de existir sem violência.

A governamentalidade, conceito de Michel Foucault (2008), revela como o poder age sobre a vida, regulando, disciplinando e, muitas vezes, condenando, dado que a gestão da vida, ainda que sob o prisma da positividade de se viver e produzir mais e melhor, constitui condutas que podem, sobretudo no tempo presente, determinar quais vidas importam. Quando uma criança estuprada precisa justificar seu direito de não ser mãe, não estamos apenas diante de uma violação individual, mas de um fracasso coletivo. O discurso jurídico, aliado ao discurso religioso e midiático, torna-se um dispositivo de controle, objetificando o corpo infantil e negando-lhe a própria infância.

Este artigo se insere em um cenário de urgência no qual discutir práticas antidemocráticas significa resistir ao silenciamento imposto a corpos vulneráveis. A análise do caso de Santa Catarina, sob a ótica da governamentalidade, busca evidenciar como o Estado, ao invés de proteger, expõe e subjuga o corpo infantil a partir de um processo complexo de relações de poder. A mídia, que poderia ser um espaço de denúncia, muitas vezes reforça estigmas, culpabilizando a vítima e normalizando o abuso.

A metodologia adotada, a arqueogenealogia, oriunda das teorizações de Michel Foucault lidas no campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos (Navarro, 2020),

---

<sup>4</sup> Conferir notícias em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-06/menina-estuprada-em-santa-catarina-consegue-interromper-gravidez> e <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/06/21/o-que-se-sabe-sobre-caso-da-menina-de-11-anos-impedida-de-fazer-aborto-em-sc-apos-estupro.ghtml>. Acesso em: 22 dez. 2025.

permite desenterrar discursos que, embora naturalizados, são produtos de uma história de opressão. O corpus, composto por registros da audiência da criança-menina em questão, publicada pela Intercept Brasil, será analisado para identificar como o poder opera sobre o corpo da criança-menina, transformando-o em um território de disputa moral. Mais do que uma análise acadêmica, este trabalho é um grito por mudança. É uma denúncia contra práticas que negam às crianças-meninas o direito de serem apenas crianças. Governar a infância, quando atravessada por moralismos e violências, torna-se um ato antidemocrático, que perpetua injustiças e destrói futuros.

A negação da infância feminina como espaço de proteção e direitos não é um fenômeno isolado, mas um padrão historicamente construído, que se refaz por meio de discursos jurídicos, midiáticos e religiosos. Como aponta Louro (1997), o corpo da menina é constantemente alvo de um processo de regulação que não apenas dita seu comportamento, mas também estabelece quais violências são toleráveis e quais devem ser punidas. No caso da menina de Santa Catarina, a violação de seu direito ao aborto legal escancara a lógica de um Estado que, em nome da moralidade, abandona suas crianças. Esse abandono não se dá apenas na ausência de políticas públicas eficazes, mas na própria instrumentalização do sofrimento infantil para sustentar uma ordem social conservadora, em que meninas são forçadas a desempenhar papéis maternos mesmo quando ainda deveriam ser reconhecidas como crianças. O processo de adultização e culpabilização dessas vítimas, como demonstra Santana (2021), é um dos dispositivos mais perversos da governamentalidade, pois transforma crianças em agentes responsáveis por violências que, na verdade, foram impostas a elas.

Além da dimensão jurídica e social, é necessário compreender a centralidade do discurso midiático na produção dessas narrativas de controle. A cobertura do caso pela mídia revela disputas sobre quais vidas merecem luto e quais podem ser descartadas em nome de valores morais impostos. Como destaca Butler (2016), a produção de discursos sobre determinados corpos determina sua inteligibilidade dentro do campo social: certas vidas são reconhecidas como dignas de proteção, enquanto outras são enquadradas como problemas a serem administrados. No caso da criança-menina, a imprensa, em vez de destacar o impacto da violência sexual em sua vida, transformou sua gravidez em um espetáculo público, promovendo um debate que desloca a questão do estupro para a moralidade do aborto. Esse fenômeno reforça a tese de que a governamentalidade se manifesta também no plano discursivo, produzindo

subjetividades e regulando as possibilidades de existência dos sujeitos marginalizados.

Portanto, compreender o caso da menina de Santa Catarina dentro da lógica da governamentalidade exige uma reflexão mais ampla sobre como o Estado, as instituições jurídicas e a mídia operam conjuntamente na manutenção de estruturas de opressão. A restrição dos direitos sexuais e reprodutivos de crianças-meninas violentadas não é um acidente ou uma falha do sistema, mas um sintoma de um projeto de poder que se sustenta na submissão de corpos femininos. A articulação entre discurso jurídico, dogmas religiosos e narrativa midiática revela um pacto para silenciar e punir as vítimas, assegurando que determinados corpos permaneçam disciplinados e controlados. Este artigo, ao problematizar esse processo, busca evidenciar que a luta contra a violência institucional não pode se limitar ao campo do direito. Ela deve também questionar os discursos que legitimam essa violência, reivindicando um futuro em que a infância feminina seja reconhecida como um espaço de direitos e não de punição.

### **Governar a infância: discursos e práticas antidemocráticas**

Governar a infância no Brasil contemporâneo implica submeter crianças a mecanismos de controle que, embora muitas vezes justificados como protetores, acabam por limitar sua liberdade, moldar seus corpos e disciplinar suas condutas. A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e diversos tratados internacionais assinados pelo Brasil asseguram direitos à infância, mas a realidade mostra que esses direitos são constantemente violados. Segundo o Unicef (2023), 43% das crianças brasileiras vivem abaixo da linha da pobreza, expostas a violências cotidianas que incluem abuso, exploração e negligência. Esses dados evidenciam a precariedade de um sistema que, sob o discurso de proteção, perpetua desigualdades.

Michel Foucault, em suas discussões sobre governamentalidade, aponta que o poder não se limita ao uso da força, mas se exerce através de práticas discursivas que orientam comportamentos e subjetividades. Governar a infância significa produzir sujeitos dóceis, aptos a ocupar lugares específicos na sociedade. A violência contra a infância feminina no Brasil não é um fenômeno isolado, mas uma expressão de estruturas históricas de opressão que se perpetuam através de discursos e práticas institucionais.

Figura 1: Reportagem sobre menina de 11 anos que realizou aborto



### Menina de 11 anos consegue fazer o aborto



Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=NLDN9lqYRo0>>. Acesso em: 29 maio 2024.

Em 2022, no estado de Santa Catarina, uma menina de 11 anos foi violentada e acabou engravidando do seu estuprador. A família, juntamente com a criança-menina, entrou com pedido no Ministério Público para a realização do aborto legal, respaldada e amparada pela lei. Levando em consideração os artigos do Código Penal, existem quatro tipos de aborto, são eles: aquele realizado pela própria mulher (crime); o que é provocado por terceiros - com ou sem consentimento da gestante (crime); o praticado em casos de haver riscos de vida, nos quais as chances de morte da grávida são grandes (legal); quando a gravidez é resultado de estupro (legal). Nos casos em que o aborto é legal, não há restrição de semanas<sup>5</sup> para a realização do ato, sendo possível no período mais viável para a gestante.

No entanto, embora apontemos que a criança-menina estaria respaldada pela lei, os comentários realizados no vídeo disponibilizado na plataforma no *YouTube* indicam outros movimentos.

<sup>5</sup> O Código Penal não fixa prazos, embora os agentes de saúde e a justiça indiquem o aborto até, no máximo, a 20ª semana de gravidez.

Figura 2: Comentários realizados no vídeo da reportagem



Fonte: arquivo dos autores

Diante de tais enunciabilidades, percebemos que é como se existissem duas sociedades. Uma dessas sociedades se indigna com esse estado de coisas, reclama ruidosamente e consegue a reforma do discurso oficial, especialmente em um dos domínios mais bem estruturados e guardados da tradição institucional brasileira: o domínio jurídico-judiciário. Essa aparente flutuação dos discursos sustenta o regime de coexistência enunciativa, que demonstra diferentes campos de saber a partir de onde se fundamentam as práticas discursivas sobre o corpo da criança-menina. Enquanto isso, a outra resiste, sub-reptícia e obstinadamente, ao novo modelo, acusado, velada ou abertamente, de proteger “menores”, “pivetes”, “putinhas”, “trombadinhas” e “assassinas”. Quanto a estes, não os reconhece como legítimas crianças e adolescentes, considerando-os, ao contrário, inimigos precoces do bem público, que é preciso conter precocemente, tirando-os de circulação, não importa como.

Nesse momento, o corpo emerge como uma materialidade central para a análise, compreendida não apenas em sua dimensão biológica, mas como superfície de inscrição de relações de poder e saber. Conforme Foucault (2008), os corpos são produzidos e regulados por dispositivos disciplinares e biopolíticos que definem condutas, responsabilidades e formas legítimas de existência. É nesse campo que se fazem aparecer discursos de adultização e culpabilização das crianças-meninas, bem como classificações morais associadas ao posicionamento de decidir pelo aborto.

O corpo infantil feminino passa, então, a ser inserido em uma lógica discursiva



que o destitui de sua condição de vulnerabilidade, atribuindo-lhe características e responsabilidades próprias do mundo adulto. Tal processo de adultização, como apontam Louro (1997) e Santana (2021), constitui um dos mecanismos centrais de regulação dos corpos femininos, especialmente quando atravessados por gênero, sexualidade e moralidade. Nessas circunstâncias, crianças-meninas vítimas de violência sexual são transformadas em figuras passíveis de julgamento moral, como se fossem agentes plenamente responsáveis por situações que lhes foram impostas.

Desse modo, o corpo deixa de ser compreendido prioritariamente como objeto de proteção e passa a ser posicionado como um agente em disputa no campo moral e jurídico. Essa operação discursiva, conforme problematiza Butler (2016), estabelece quais vidas são reconhecidas como dignas de cuidado e quais são submetidas à culpa, à responsabilização e à punição simbólica. A escolha pelo aborto, nesse contexto, é envolta em narrativas morais que deslocam a violência sofrida para a suposta responsabilidade da criança-menina, reforçando práticas antidemocráticas de controle e silenciamento.

O discurso jurídico, midiático e político constrói a criança-menina como um sujeito paradoxal: ao mesmo tempo em que é considerada vulnerável e necessitada de proteção, é responsabilizada por violências que lhe são impostas, sendo tratada como ameaça à ordem moral quando reivindica direitos. Foucault (2008) nos ensina que o poder se exerce por meio de dispositivos que moldam subjetividades e regulam corpos, operando em discursos que naturalizam desigualdades e reforçam estruturas de dominação.

No Brasil, essa governamentalidade se evidencia na forma como crianças-meninas vítimas de violência são expostas a práticas punitivas e humilhantes em nome de uma moral conservadora. O caso da menina de Santa Catarina, forçada a justificar judicialmente o direito ao aborto após um estupro, revela como o Estado, em conluio com setores religiosos e midiáticos, age para desumanizar esses sujeitos, negando-lhes o direito de decidir sobre seus corpos e suas existências. Esse cenário é o reflexo de uma política institucionalizada de violência, em que o discurso de proteção infantil se transforma em mecanismo de controle e opressão, consolidando práticas abertamente antidemocráticas.

A noção de infância, longe de ser um conceito neutro ou universal, é uma construção histórica atravessada por interesses políticos e econômicos que definem

quais infâncias devem ser tuteladas e quais podem ser descartadas. Como demonstram Louro (1997) e Santana (2021), a infância feminina, especialmente a de meninas pobres e racializadas, é continuamente marcada por processos de adultização e culpabilização, que retiram dessas crianças o direito à própria infância. Quando uma menina negra da periferia engravida, o discurso público a responsabiliza por sua situação, negando-se a enxergá-la como vítima; quando a gravidez ocorre em meninas brancas de classe média, o debate muda para a necessidade de assistência e cuidado. Essa desigualdade de tratamento evidencia como a governamentalidade da infância opera seletivamente, garantindo direitos apenas a determinados grupos enquanto submete outros a regimes de coerção e sofrimento.

O discurso de ódio direcionado às crianças-meninas que buscam o aborto, por exemplo, não é apenas uma manifestação isolada de indivíduos moralistas, mas um sintoma de um Estado que historicamente instrumentaliza corpos femininos como territórios de disputa política e moral. Esse controle se expressa de maneira ainda mais brutal em instituições judiciais e médicas que, sob a justificativa de "preservar a vida", ignoram a dignidade e o sofrimento de meninas violentadas, impondo-lhes a continuidade de uma gravidez indesejada como forma de expiação pública.

A governamentalidade da infância, portanto, revela-se como um projeto que se sustenta na restrição da autonomia e no silenciamento de sujeitos vulneráveis. Governar, nesse contexto, não significa proteger, mas punir e disciplinar corpos que fogem à norma. O caráter antidemocrático desse processo é evidente quando a atuação estatal não busca garantir direitos, mas sim produzir corpos dóceis e submissos a uma ordem social patriarcal e misógina.

Como aponta Butler (2016), a exclusão de determinados sujeitos da esfera do reconhecimento humano não é um efeito colateral do poder, mas uma estratégia deliberada de sua manutenção. No Brasil, essa lógica se manifesta na criminalização da autonomia reprodutiva de crianças-meninas, na culpabilização de vítimas de violência sexual e na ausência de políticas públicas eficazes que assegurem sua dignidade e segurança. Diante desse cenário, é urgente não apenas denunciar essas práticas, mas também reivindicar políticas que efetivamente rompam com a lógica punitiva e disciplinar imposta às crianças-meninas. Afinal, governar a infância não deveria significar controlá-la ou puni-la, mas garantir que todas as crianças possam existir plenamente, livres da violência institucional que insiste em restringir suas vidas a uma narrativa de sofrimento



e subjugação.

### **O Jurídico, a Religião no Controle dos Corpos de Crianças-Meninas: Análise do Caso de Santa Catarina**

A legislação brasileira, por meio do Código Penal (artigo 128), permite o aborto em casos de estupro, risco de vida para a gestante ou anencefalia fetal, como mencionamos na seção anterior. No entanto, a aplicação dessa lei está longe de ser um direito garantido, sendo atravessada por barreiras institucionais que reproduzem uma cultura de desrespeito à autonomia e à dignidade das vítimas. Durante a audiência judicial do caso de Santa Catarina, a juíza a interpelou com perguntas moralizantes, como: "Tu sente o bebê mexer?" e "Para você, qual a expectativa que você tem em relação ao bebê?". Essas indagações, longe de se basearem em uma preocupação legal, sugerem um deslocamento do foco da justiça para uma narrativa de culpabilização da vítima. Como destaca Foucault (2008), "o poder não se manifesta apenas por meio de proibições e leis, mas também através da produção de verdades e subjetividades". Nesse caso, o discurso judicial busca transformar a criança-menina em um sujeito moralmente responsável por uma gravidez resultante de violência extrema.

A postura da juíza se ancora em uma visão conservadora que prioriza o feto em detrimento da dignidade e do sofrimento da vítima. Em determinado momento, ela afirma: "O bebê já está completo, ele já é um ser humano. Consegue entender isso?". Essa enunciabilidade, além de ignorar a imaturidade emocional da criança, reforça uma estrutura discursiva em que a sobrevivência do feto se sobrepõe ao direito à infância. Agamben (2004) descreve esse fenômeno como a transformação da vida em "vida nua", ou seja, um estado em que determinados sujeitos perdem sua condição de cidadãos plenos e passam a ser governados exclusivamente pela lógica biopolítica do Estado. No caso da criança-menina, sua existência é subordinada a um discurso que a coloca em função da gestação, apagando sua posição de vítima e negando-lhe qualquer possibilidade de escolha.

O atravessamento religioso no discurso da juíza também se faz presente, evidenciando a influência de dogmas morais na esfera pública. Ao afirmar: "O Brasil não concorda com a eutanásia, o Brasil não tem, não vai dar medicamento para ele, ele vai nascer chorando, não vai se dar medicamento para ele morrer", a magistrada iguala o aborto legal à prática de assassinato, promovendo uma distorção jurídica do conceito de

interrupção voluntária da gestação. Como apontam Corrêa e Petchesky (1994), "a regulação dos corpos femininos através do discurso religioso se baseia na ideia de que a maternidade é um destino natural e inquestionável das mulheres, ignorando suas condições concretas de vida". A associação do aborto à eutanásia, nesse sentido, é um recurso discursivo que busca interditar qualquer discussão sobre os direitos da criança-menina e reforçar a ideia de que a maternidade é imposta mesmo diante de um estupro.

A adultização da criança-menina, um dos dispositivos mais cruéis desse processo, fica evidente na pergunta da juíza: "Quanto tempo você aceitaria ficar com o bebê na sua barriga?". Aqui, a juíza desloca a discussão da esfera legal para um campo de suposta negociação, tratando a menina como se tivesse plena capacidade de tomar decisões complexas sobre sua própria gestação. Esse deslocamento se alinha ao que Pires e Nascimento (2018) descrevem como "a infância negada": um processo no qual crianças em situação de vulnerabilidade são tratadas como adultos prematuros, responsabilizadas por suas próprias condições de vida. A declaração da médica envolvida no caso reforça essa lógica ao afirmar: "Ela vai achar que a gente é querida, que a gente é não sei o quê, e vai dizer 'então tá'". Esse tom paternalista escancara uma postura de condescendência, na qual a menina não é reconhecida como vítima de um crime hediondo, mas como um sujeito a ser conduzido por discursos que desconsideram sua própria dor.

A violência institucional contra a criança também se reflete na omissão do sistema judicial em reconhecer a gravidez como consequência de um crime. A psicóloga Amanda Kliemann, ao questionar "Há esse entendimento de que independente se for [censurado] ou [censurado] a gente está tratando de uma violência?", denuncia a forma como o aparato legal ignora o fato central: a menina não está apenas solicitando um aborto, mas buscando uma reparação mínima diante de uma violação brutal de seus direitos. Butler (2016) nos alerta que "a desumanização ocorre quando certos corpos são tornados invisíveis na esfera do reconhecimento público", e é exatamente isso que acontece nesse caso: a identidade da vítima é apagada, enquanto a existência do feto é elevada a um estatuto superior e a do estuprador nem sequer é questionada.

As práticas antidemocráticas se revelam nesse contexto na medida em que a democracia deveria garantir os direitos fundamentais a todos os cidadãos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. No entanto, o que se observa é a manipulação institucional desses direitos, transformando a justiça em um mecanismo

de coerção em vez de proteção. A juíza, ao questionar e culpabilizar a criança, opera dentro de uma lógica que ignora os princípios democráticos da dignidade e da equidade, reforçando hierarquias sociais que mantêm grupos marginalizados à mercê de uma interpretação moralista do direito.

A democracia se desarticula quando discursos institucionais passam a justificar a negação de direitos em nome de valores que não são universais. Como alerta Fraser (2007), a justiça social exige a redistribuição equitativa de recursos e o reconhecimento de sujeitos historicamente excluídos. No caso da criança-menina, a ausência de proteção estatal é um sintoma de um sistema que permite que dogmas religiosos e concepções conservadoras se sobreponham aos direitos garantidos constitucionalmente, evidenciando um grave retrocesso nas estruturas democráticas.

### **O silêncio como estratégia de poder: o papel das instituições na omissão da violência**

O silenciamento institucional como estratégia de poder se manifesta de diversas formas, e no caso da criança-menina de Santa Catarina, é possível perceber como a omissão e a manipulação do discurso operam para negar direitos. O fato de a juíza conduzir a audiência com perguntas que infantilizam a compreensão da vítima e desviam o foco da violência sofrida demonstra como o Estado, ao invés de garantir proteção, age para silenciar a necessidade de justiça.

Butler (2016) destaca que o poder se expressa tanto naquilo que se diz quanto naquilo que é impedido de ser dito, e aqui a ausência de um reconhecimento explícito do estupro como crime central do caso revela uma estratégia discursiva que encobre responsabilidades institucionais. A menina não é questionada sobre seu sofrimento, sobre sua vontade genuína ou sobre sua segurança, mas sim sobre seu vínculo com o feto, deslocando o debate da esfera legal para uma esfera moral. Esse deslocamento evidencia o funcionamento da governamentalidade, pois é por meio dessas práticas discursivas que o Estado regula não apenas os corpos, mas também as emoções e percepções das vítimas. A ausência de suporte à mãe da menina, que expressa seu desespero na audiência, também reforça esse silenciamento estrutural. Enquanto a justiça deveria assegurar acolhimento e informação clara, o que se observa é a produção de um ambiente em que a falta de compreensão é instrumentalizada para forçar decisões convenientes à ordem moral vigente. Foucault (2008) aponta que o biopoder atua de

maneira a transformar indivíduos em objetos de regulação, e nesse caso, a vítima é reduzida a um corpo gestante cujo direito à infância é anulado.

A imprensa, ao repercutir o caso, também revela a dinâmica do silenciamento institucional, já que a abordagem de alguns veículos minimizou a violência e enfatizou o debate sobre a gestação, reforçando a lógica de que a discussão central não deveria ser a proteção da criança, mas sim a manutenção de uma ordem simbólica conservadora. O silêncio, portanto, não se configura apenas como ausência de fala, mas como um dispositivo ativo de poder que condiciona quais questões podem ou não ser problematizadas.

Figura 3: Matéria jornalística

## Menina impedida por juíza de fazer aborto legal deixa abrigo, e defesa diz que pedirá procedimento

Justiça determinou na manhã desta terça-feira (21) que a menina de 11 anos mantida em um abrigo para evitar que fizesse aborto autorizado volte a morar com a mãe.

Por Sofia Mayer e Luana Amorim, g1 SC e NSC  
21/06/2022 21h10 - Atualizado há 2 anos

Fonte: < [https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/06/21/menina-impedida-por-juiza-de-fazer-aborto-legal-deixa-abrigo-e-defesa-diz-que-pedira-procedimento.ghtml?utm\\_source=com](https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/06/21/menina-impedida-por-juiza-de-fazer-aborto-legal-deixa-abrigo-e-defesa-diz-que-pedira-procedimento.ghtml?utm_source=com) >. Acesso em: 17 fev. 2025.

Esta reportagem do G1 aborda o caso em questão. A matéria destaca que, apesar de o aborto em casos de estupro ser permitido por lei sem necessidade de autorização judicial, a criança foi mantida em um abrigo para evitar a interrupção da gravidez. A reportagem também menciona a atuação da juíza Joana Ribeiro Zimmer, cuja conduta passou a ser investigada pela Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina. A cobertura do G1 foca nos direitos legais da vítima e nas ações judiciais que impediram o acesso ao aborto permitido por lei, enfatizando a necessidade de cumprimento das leis que protegem vítimas de violência sexual.

Figura 4: Matéria jornalística

| Investigação

## Rede pró-aborto distorceu caso de menina grávida de 11 anos, diz relatório de CPI em SC

Por Gabriele Bonat 16/12/2022 às 21:32 Atualizado em 17/12/2022 às 21:50



Fonte: < [https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/rede-pro-aborto-distorceu-caso-de-menina-gravida-de-11-anos-diz-relatorio-de-cpi-em-sc/?utm\\_source=com](https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/rede-pro-aborto-distorceu-caso-de-menina-gravida-de-11-anos-diz-relatorio-de-cpi-em-sc/?utm_source=com) >. Acesso em: 17 fev. 2025.

Esta matéria da Gazeta do Povo apresenta os resultados de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina para investigar o mesmo caso. O relatório da CPI concluiu que houve uma suposta distorção dos fatos por parte de uma rede de profissionais e veículos de comunicação pró-aborto, que teriam propagado informações falsas para fomentar a interrupção da gravidez. A reportagem destaca que a CPI apontou ausência de protocolos adequados no atendimento à criança-menina e possível vazamento de informações sigilosas.

Diferentemente da primeira matéria, esta enfatiza a perspectiva de que houve manipulação das informações e questiona a atuação de grupos favoráveis ao aborto, sugerindo que a família da menina foi vítima de uma rede que incentiva a prática do aborto de forma indiscriminada. Essas duas matérias oferecem posicionamentos que constituem sentidos sobre o mesmo acontecimento, refletindo diferentes enfoques na cobertura jornalística e nas interpretações dos fatos relacionados ao ocorrido.

A análise das coberturas jornalísticas revela diferenças substanciais na forma como o caso é apresentado ao público. A reportagem do G1, por exemplo, destaca a violação dos direitos da vítima, enfatizando a ilegalidade das ações institucionais que impediram a realização do aborto legal. Em contrapartida, a Gazeta do Povo sugere que houve manipulação dos fatos por grupos favoráveis ao aborto, deslocando a discussão do direito da menina para uma suposta disputa entre formações enunciativas. Esse contraste exemplifica o que Foucault (1971) chama de "ordem do discurso": um regime de verdade que determina quais narrativas podem circular legitimamente e quais são desautorizadas. A imprensa, ao eleger quais vozes serão ouvidas e quais serão silenciadas, também exerce função governamental na regulação dos corpos e subjetividades.

O Estado, ao se omitir diante da violação dos direitos da criança-menina, não apenas silencia a vítima, mas também legitima uma violência institucionalizada. A

governamentalidade, nesse sentido, se expressa na normalização dessas práticas, na medida em que mecanismos legais são manipulados para restringir direitos, ao invés de garanti-los. A ausência de questionamentos sobre o agressor — cuja identidade e responsabilidade são quase sempre invisibilizadas — é um reflexo direto desse silenciamento estrutural. Em nenhum momento, o debate público prioriza a justiça para a vítima, pois o foco é constantemente deslocado para a moralidade da interrupção da gravidez.

O discurso midiático, ao enfatizar a gestação ao invés da violência sofrida, colabora ativamente para a culpabilização da criança-menina. Tal estratégia discursiva permite que o aparato estatal se esquive da responsabilidade de assegurar a justiça e a proteção de menores. Dessa forma, cria-se um ambiente em que o silenciamento não é apenas uma escolha retórica, mas um dispositivo que perpetua estruturas de poder e desigualdade, consolidando uma governamentalidade que submete as crianças-meninas a uma posição de subjugadas no campo político e social.

### **Considerações finais**

As práticas de silenciamento analisadas ao longo deste estudo revelam um mecanismo complexo e estrutural de negação de direitos, que se manifesta através de dispositivos jurídicos, midiáticos e institucionais. A governamentalidade, conforme problematizada por Foucault (2008), emerge como um sistema que não apenas regula e controla corpos, mas também define quais vidas são dignas de proteção e quais serão descartadas pelo Estado. No caso da criança-menina de Santa Catarina, a conjunção entre discurso religioso, judicial e midiático serviu como um dispositivo de naturalização da violência, deslocando o debate do estupro para a moralidade do aborto. Essa estratégia discursiva não é meramente circunstancial; pelo contrário, ela faz parte de um processo histórico de construção da infância feminina como um corpo em disputa, regulado por normas patriarcais e conservadoras.

A análise das narrativas midiáticas permitiu identificar como diferentes veículos de comunicação atuam na conformação do debate público. Enquanto algumas reportagens buscaram evidenciar a violação dos direitos da vítima, outras apostaram na deslegitimação de sua dor, reforçando a ideia de que a questão central não seria a violência sexual sofrida, mas a manutenção da gestação. Essa dissonância revela que o



silenciamento também opera pelo excesso de discurso, ou seja, ao transformar o debate em uma disputa, desvia-se a atenção do que de fato deveria ser tratado: a violência sistemática contra crianças-meninas e a negação de seus direitos fundamentais.

A governamentalidade, nesse contexto, encontra-se na regulação das emoções e percepções sobre o caso. Ao induzir a criança a responder de forma "adequada" às expectativas morais da juíza, a audiência judicial torna-se uma arena de produção de subjetividades. Nesse cenário, a criança-menina foi forçada a se enquadrar dentro de um discurso que nega sua dor e sua própria condição de vítima. Assim, ela não é reconhecida como um sujeito de direitos, mas sim como um objeto de disputa moral e política, submetida às vontades institucionais que a instrumentalizam.

A infantilização da vítima também se apresenta como um elemento central da estratégia. Se, por um lado, ela é tratada como incapaz de compreender a gravidade da violência que sofreu, por outro, é considerada suficientemente apta a tomar decisões sobre a manutenção da gravidez. Esse paradoxo evidencia uma estrutura discursiva que busca deslocar a responsabilidade da violência para a própria vítima, negando a presença de um agressor e retirando do Estado sua obrigação de zelar pelos direitos dessa criança. A omissão do Estado ao permitir que uma criança de 11 anos fosse constrangida publicamente a "aceitar" sua gravidez reforça a existência de um aparato normativo que atua para perpetuar violências, e não para erradicá-las. A análise da governamentalidade demonstra que não se trata apenas de um problema de gestão política, mas de um modelo estrutural que administra vidas de forma desigual, determinando quais corpos são passíveis de proteção e quais podem ser sacrificados em nome da moralidade social.

Dessa forma, deixamos como questionamento: até que ponto a estrutura democrática brasileira consegue garantir a proteção de meninas em situação de vulnerabilidade? O caso da criança de Santa Catarina expõe a fragilidade do sistema jurídico em assegurar direitos já estabelecidos em lei, demonstrando que, na prática, esses direitos são constantemente submetidos a interpretações conservadoras que negam a proteção a determinadas populações. A democracia se esvazia quando suas instituições falham em garantir os direitos dos mais vulneráveis e, pior, quando reproduzem discursos que contribuem para sua revitimização.

A necessidade de um debate crítico e aprofundado sobre essas práticas se impõe como urgência política e social. É fundamental problematizar não apenas a ação isolada

de uma juíza, mas o contexto mais amplo de normalização da violência institucional contra crianças-meninas em situação de vulnerabilidade. Isso implica questionar a atuação do Estado, da mídia, do sistema de assistência social e da própria sociedade civil, que muitas vezes se omite diante dessas violações.

A resistência ao silenciamento precisa vir acompanhada de ações concretas que garantam às crianças-meninas condições reais de existência. Isso passa pela efetiva aplicação da legislação vigente, pela responsabilização de agentes públicos que atuam de forma arbitrária e pela construção de espaços institucionais que assegurem a escuta e o acolhimento das vítimas. Mais do que um problema isolado, o caso da menina de Santa Catarina é um símbolo da violência de gênero enraizada nas estruturas políticas e sociais do Brasil.

### Agradecimentos

A pesquisa que originou este artigo foi realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de bolsa de mestrado concedida a uma das pessoas autoras, Ana Beatriz Silva Brandão de Souza, vinculada à Universidade Estadual de Maringá. O financiamento, registrado sob o processo 88887.649934/2021-00, possibilitou uma análise aprofundada sobre a governamentalidade e as práticas antidemocráticas no controle dos corpos de crianças-meninas no Brasil. Expressamos nossa gratidão pelo suporte recebido, que permitiu o desenvolvimento desta investigação sobre um tema tão urgente e necessário. Esperamos que este estudo contribua para o debate acadêmico e social, ajudando a evidenciar e combater práticas que restringem direitos e perpetuam desigualdades.

### REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra*: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BRASIL. *Código Penal*. Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 17 fev. 2025.

- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 17 fev. 2025.
- CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind Pollack. *Direitos Sexuais e Reprodutivos: uma perspectiva feminista*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1971.
- FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. São Paulo: Paz & Terra, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FRASER, Nancy. *Escalas de justiça: repensando a justiça em um mundo globalizado*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.
- NAVARRO, Pedro. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. *Moara*, Belém, v. 1, n. 57, p. 8-33, 2020
- PIRES, Thais; NASCIMENTO, Tânia. *Infância negada: adultização e violências contra crianças pobres no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2018.
- SANTANA, Denise. *Políticas do corpo: biopoder, gênero e violências*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988.
- UNICEF. *Relatório sobre a infância no Brasil: desafios e desigualdades*. Brasília: UNICEF, 2023.